

SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS AUTORITÁRIAS: POR UMA DEMOCRACIA NUTRIDA NO POSICIONAMENTO E NA PRÁTICA DOCENTE

Autora: Doraney Baia Mota, Mestre em Educação-Programa de Pós-graduação em Educação/Universidade Federal de Roraima

Coautor: Pedro Augusto Hercks Menin, Doutor em Educação-Professor do Programa de Pós-graduação em Educação/Universidade Federal de Roraima

GT 01

Resumo

Este é um recorte de uma pesquisa-participante realizada em uma escola de Ensino Fundamental I da rede pública roraimense (2021-2023). Teve como eixo temático as relações formação-prática do pedagogo, moldadas a um currículo formal alicerçado na estrutura burocrática de “ensino estruturado”. Foram entrevistados/as seis licenciados/as em Pedagogia com base em um roteiro semiestruturado. A discussão dos resultados ocorreu a partir da análise de conteúdo de Bardin (1979). A avaliação dos dados, em composição com a base teórica, destacou, dentre seus resultados, a relevância do resgate democrático aos ambientes educacionais, como indicadora de possibilidades para o rompimento das práticas educativas hegemônicas que são contraditórias à própria formação de pedagogo e aos princípios democráticos da Carta Magna do país e das demais legislações educacionais.

Palavras-chave: ensino estruturado, gestão democrática, práticas pedagógicas.

Introdução

A escola moderna propicia o acesso ao conhecimento científico que, por si só, é fruto de movimentos de transformações econômicas e políticas, sendo parte dos movimentos coloniais que, segundo Quijano (2009) buscavam avanço e dominação do sistema capitalista – pela imposição de seus padrões de poder originados na hegemonia racial/étnica – e detêm em suas raízes, visões geográficas e históricas dominantes, na manutenção e expansão colonial.

A democracia, apesar de insuficiente sozinha, é necessária para uma formação educacional, desde a infância, fase em que “o indivíduo adota papéis e atividades das outras pessoas que lhe parecem significativas, [...]em uma dialética entre o “eu/outros” (Mogone, 2001, p. 16), por isso “só quando a democracia for entendida e assumida também como coisa de criança, é que poderemos começar a acreditar na possibilidade de construir um mundo de adultos que tenham, real e sinceramente, apreço pela democracia” (Barcelos, 2020, p. 14).

Ressalta-se que a democracia aqui abordada não se restringe à forma de governo, “é algo que se configura no dia a dia, no viver e conviver [e] se funda no mútuo respeito. Portanto, é uma oposição ao sistema de manipulação das relações [...]” (Maturana, 1994, p. 83), essencial à educação.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos incluíram entrevistas e diálogos com questionários semiestruturados sobre concepções e práticas do currículo; observações participantes, com interações sobre como acontece o vínculo entre formação profissional em Pedagogia e a prática docente, sendo um dos eixos “as dificuldades no exercício da docência”, foco deste resumo. A análise de conteúdo abordou elementos não claramente visíveis (Bardin, 1979) da dita realidade pedagógica, em contraposição dos dados às bases teóricas da pesquisa.

Discussão

Conforme as respostas dos/das entrevistados/as, quanto às dificuldades no exercício da docência, um entrave estaria na adoção do “ensino estruturado” baseada em materiais pedagógicos comuns e obrigatórios. Além disso, observa-se posicionamento docente passivo, ao afirmaram unânimes “não houve escolha, a não ser aceitar goela abaixo”.

Nesta ‘obrigatoriedade’ do ensino estruturado, dialogou-se sobre o entendimento dos incisos II e III, do artigo 206, da Constituição Federal-CF de 1988; se entreolharam e os gestos mostraram perplexidade ao ouvirem: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil, 1988) e, mais uma vez, houve unanimidade:

P1. Nunca pensamos nisso, eu falo por mim e pelos colegas que conheço...; P2. Pois é, não pensamos nisso mesmo... P3. Bom, eu entrei, o caos já estava instaurado...; reza a lenda que não se opõe à gestão (risos). P4. De fato, é um pensamento que não me ocorreu, mas, mesmo se tivesse ocorrido, não penso que teria manifestado, porque seria muita complicação pra vida da gente...porque envolve outras parcerias, negociações financeiras e acho que não deixariam barato. P5. ...me contemplou na fala. P6. Endorso (entrevistados, 2022).

Soa um eco com posturas coloniais: imposições, em detrimento do saber dos sujeitos envolvidos, deixando à margem culturas e realidades locais. Mesmo cientes, os docentes não se utilizam das leis a favor de suas práticas, pois “o fato de o professor ter uma atitude de reconhecimento do real não esgota o desafio...” (Vasconcelos, 2001, p. 68).

[...] “ah, mas eu nunca pensei sobre o caráter político de minha atuação” [...]

outros pensaram e, ao não tomar consciência e se posicionar contra, estará reforçando o sistema excludente em curso, ainda que involuntariamente[...] Só que a correnteza está dada, e não é nem um pouco favorável (submissão, doutrinação, seleção social, domesticação...) (Vasconcelos, 2001, p. 68).

Rememora-se que o art. 5º da Constituição Federal ordena que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. E, neste caso, a lei garante “liberdade de aprender, ensinar...; [e o] pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil, 1988). Enfatiza-se o eco do ensino estruturado aos moldes eurocentristas de domínio e manipulação dos saberes, evidenciando que a tradição colonizadora continua sendo efetivada.

Conclusões

No decorrer de toda a pesquisa, percebeu-se o silenciamento ou a renúncia à própria voz profissional, em contraposição ao que propõe Nóvoa (2022): “é urgente reforçar a capacidade de reflexão, [...] da possibilidade de uma “voz coletiva” que dê corpo à presença dos professores no espaço público, de inscrever os professores como profissão nos debates e decisões sobre educação”.

A classe docente pesquisada, ao admitir que professores são convidados para as discussões de elaboração do currículo formal apenas para cumprir formalmente a uma simulação de participação – uma vez que não podem mudar nada no programa adotado e, por isso, não se sentem motivados a se posicionarem –, confirmaram a fragilidade no exercício da democracia, o que pode estar aumentando as dificuldades docentes.

Portanto, não há ingenuidade quanto aos fatos. Talvez haja temor que explique a falta de posicionamentos, e sendo neutro, é tão sólido quanto a rigidez metodológica imposta. É necessário, indubitavelmente, o resgate da democracia, do gosto pelo espaço de troca de ideias, de enxergar o lugar de fala como importante para a sociedade e para si próprio como pessoa e profissional e ocupá-lo... para ser capaz, também, de ensiná-lo.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo. **Populismo e Fascismo**: os maiores inimigos da Democracia. São Leopoldo: Oikos, 2020.
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.
BRASIL. Constituição Federal-CF. 1988.

MATURANA, Humberto. **La democracia es una obra de arte**. Cooperativa Editorial Magisterio. Colombia-Bogotá, 1994.

MOGONE, J. A. **De alunas a professoras**: analisando o processo da construção inicial da docência. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2001.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação profissional**. (Entrevista). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/88222/48158>. Acesso em: 12 dez. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor?** Resgate do Professor como Sujeito de Transformação. 8ª ed. São Paulo: Libertad, 2001.